

Sarney manda apurar fraude na importação

O presidente José Sarney determinou, ontem, ao Ministério da Justiça a abertura de inquérito policial para apurar as irregularidades apontadas pela comissão especial sobre importação de alimentos e seus responsáveis. Além disso, Sarney determinou a constituição de várias comissões de inquérito e sindicância nos órgãos envolvidos e a realização de auditoria na Interbrás.

Na Interbrás — empresa holding da Petrobrás — o Presidente exigiu que sejam apurados “com o máximo rigor” os procedimentos relativos à licitação, contratação, faturamento, pagamento e à efetiva prestação de serviços por empresas transportadoras (como a Socopa), processados de forma irregular, segundo relatório da comissão que investigou a importação de alimentos realizada pelo Governo, logo após a decretação do Plano Cruzado, no ano passado.

INQUÉRITO

O presidente Sarney determinou que a comissão de inquérito administrativo na Interbrás S/A apure as responsabilidades pelo favorecimento a empresas apontadas no relatório (não divulgado à imprensa), bem como pelas importações sem prévia e expressa autorização do Conselho Interministerial de Abastecimento (Cinab) e a contratação de serviços de

empresas sem licitação pública.

Na Companhia Docas do Rio de Janeiro, o Presidente determinou a instalação de uma comissão de sindicância para apurar as responsabilidades pelo furto de carne importada no porto do Rio de Janeiro. O relatório da comissão sobre importação de alimentos responsabiliza o ex-ministro da Fazenda, Dilson Funaro, pela descaracterização do Cinab, em consequência de “excessiva preponderância de votos unipessoais”, afirmando que dos 55 votos do Conselho, 42 decorreram de atos ad referendum.

DIVERGÊNCIA

No despacho assinado ontem Sarney mandou que a Secretaria Executiva Seap/Cinab apure a causa da divergência de informações entre a Cobal e a Interbrás, quanto à carne e à manteiga, e entre a Cacex e o Cief (MF), no que se refere ao total geral autorizado, superior ao total geral efetivo. No relatório, a comissão especial assegura que foram importados excessivamente arroz e milho, estimando esses excessos em 200 mil e 600 mil toneladas, respectivamente. Afirma, ainda, que foram importadas 25 mil toneladas de leite em pó e 2.500 de manteiga, sem autorização do conselho de ministros.

A comissão que investi-
gou a importação de ali-

mentos concluiu ainda, o seguinte: 1) os portos brasileiros não estavam preparados para receber o volume de produtos importados; 2) a falta de armazéns e frigoríficos nos portos e imediações atrasou a operação de desembarque e distribuição dos produtos; 3) não houve qualquer preocupação com a segurança de informações (as autoridades declaravam à imprensa quantitativos a importar, causando sérios reflexos nos preços dos alimentos no mercado externo); 4) a maioria dos votos do Cinab foi elaborado sem qualquer preocupação com dispêndios governamentais; 5) permitiram-se importações significativas de produtos especiais, com os mesmos subsídios concedidos à compra de produtos básicos.

O presidente Sarney remeteu cópias do relatório aos ministros da Fazenda, Bresser Pereira; da Agricultura, Iris Resende; do Planejamento, Aníbal Teixeira; das Minas e Energia; Aureliano Chaves; dos Transportes, José Reinaldo Tavares e da Indústria e do Comércio, José Hugo Castelo Branco, para que tomem ciência e adotem as medidas cabíveis, nas respectivas áreas de competência. Determinou ainda o afastamento das pessoas que ocupem cargos ou funções de confiança, tão logo sejam comprovadas as responsabilidades nas irregularidades ocorridas na importação de alimentos.